

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Fevereiro, 2013

NA ECONOMIA GLOBALIZADA A INTEGRAÇÃO É FUNDAMENTAL

A principal característica da atual globalização é o declínio do Estado-Nação, configurado na perda de sua capacidade de construir uma economia nacional confinada territorialmente e em tê-la sob seu controle.

A expansão dos investimentos das empresas de países centrais para periféricos nos últimos 30 anos provocou uma polarização sem precedentes na economia global, com a formação inédita de uma economia regional com alto grau de integração na produção manufatureira que, de um lado, há hoje um conjunto de nações, como as do Leste Asiático, que se beneficiaram desse fluxo de capital e se tornaram industrializadas. No outro extremo restou outro grupo, formado por países desenvolvidos, como os Estados Unidos e os da União Europeia, além de emergentes, a exemplo do Brasil, que passam atualmente por um processo de desindustrialização. Para sobreviver a essas mudanças na dinâmica da economia global, os países da América Latina precisam se integrar economicamente. O Brasil é credenciado a liderar esse processo.

Um exemplo desse novo arranjo é Ásia, onde ocorre a formação inédita de uma economia regional com alto grau de integração na produção manufatureira. A economia asiática se transformou em um polo manufatureiro de grande produtividade e integração em que alguns países, como a China, produzem peças e componentes de bens de consumo, e outros, como o Japão, são fornecedores de bens de capital - o que é espantoso e não tem precedentes históricos. Ainda há 2,6 bilhões de pessoas na região que estão disponíveis para serem incorporados como mão-de-obra a esse sistema produtivo

A China já exporta mais bens de consumo, como vestuário, para os Estados Unidos, Canadá e México do que os 27 países que formam a União Europeia. E, além de

produzir e exportar produtos de menor valor agregado, o país asiático avança para áreas de tecnologia mais avançada, como maquinários elétricos e componentes e equipamentos de informática.

Por meio de mecanismos de absorção de tecnologias, a China também já atraiu boa parte dos sistemas de pesquisa e desenvolvimento que estavam ligados a grandes empresas europeias e norte-americanas.

Para enfrentar o avanço da economia regional asiática, que começa a desenvolver instituições monetárias e financeiras próprias os países da América Latina devem se integrar economicamente. Isso porque os países da região não têm escala de produção para sobreviver isoladamente como uma economia industrial moderna.

O único país na América Latina que reúne os requisitos para enfrentar o avanço dos asiáticos com aumento de escala de produção é o Brasil. Mas o Brasil também não irá sobreviver sem avançar na integração com os outros países da América Latina. Em função disso e por ser a economia que tem mais condições na região terá que liderar esse processo.

Com o Mercosul foi possível avançar na questão da integração comercial dos países da América do Sul. Mas, a fim de ampliar esse projeto para a América Latina, é preciso se pensar na criação de instituições financeiras, como um banco, para apoiar projetos de investimento nos países da região e auxiliá-los a caminhar na direção de um espaço econômico único, a exemplo do que se constrói na Ásia. No entanto, é importante que a integração não seja impregnada de ideologia política sob pena de colher fracassos que comprometem o desenvolvimento econômico regional.

A integração econômica da América Latina é inevitável para que os países da região sobrevivam na competição estabelecida pelo espaço econômico que surgiu na Ásia. Isto porque a competitividade hoje se dá entre sistemas empresariais e não entre países. Por isso, os países têm que adotar políticas de defesa de suas economias nacionais, que são muito diferentes daquelas que prevaleciam no passado.

UM NOVO PADRÃO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E FLORESTAL

Os desafios de aumentar a produção de alimentos com qualidade, de diminuir o uso de defensivos agrícolas químicos e de dar proteção ao meio ambiente aumentam a importância e a necessidade da área das

Ciências Agrárias em contribuir com pesquisas, tecnologias e assistência técnica ao setor produtivo da agropecuária e florestal.

Essa contribuição é fundamental visto que os profissionais dessa área são responsáveis tanto pelo desenvolvimento quanto pela sustentabilidade ambiental. Nenhum país se desenvolve e consegue segurança alimentar sem o trabalho apoiado por esses profissionais, especialmente o Brasil pela posição que ocupa no cenário internacional do agronegócio.

Com o aumento da população, da renda *per capita*, e da demanda por alimentos há que se pensar num melhor uso das áreas em produção, bem como na otimização de aproveitamento de áreas não produtivas, na maximização da produção agrícola em espaços menores, e na redução do uso de recursos naturais. É preciso aplicar tecnologias respeitando o tripé do economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente responsável. Esse desafio vai além do pragmatismo e da experiência do produtor rural tradicional.

É uma equação com várias variáveis, entre as quais, a inovação é determinante, para reduzir a dependência de fontes de energia fóssil. Inovar também para adaptar o país frente às mudanças climáticas globais.

O Brasil se destaca nesse cenário, visto que não há no mundo país que seja tão competitivo no setor agrícola e que tenha, ao mesmo tempo, a quantidade de biomas preservados. Por isso, a excelência no setor de tecnologia e inovação é fundamental para o que Brasil faça a diferença no mercado mundial e torne-se ainda mais competitivo.

O padrão da produção agropecuária e florestal que dominou no Brasil, na maior parte do século passado, que foi intensivo no uso de recursos naturais, tem que ser modificado pelo uso intensivo em conhecimento e preservação ambiental.

O AÇAÍ E O GUARANÁ PODEM CONTRIBUIR MAIS COM A ECONOMIA DA AMAZÔNIA

A produção de açaí (*Euterpe oleracea*) a principal indústria extrativa vegetal do Pará é artesanal e informal. Em uma feira que se forma todos os dias das quatro às seis da manhã ao lado do mercado público, os produtores expõem em milhares de cestos a produção do dia anterior, colhida das ilhas próximas e trazida por pequenos barcos em viagens de até 12 horas. Em uma conta rápida, a feira movimentava R\$ 2 milhões em duas horas. Não há nem sombra de fiscais ou de notas fiscais.

Equipes distintas da Embrapa selecionaram variedades mais produtivas de açaí e, ao mesmo tempo, lutam para convencer os produtores a dar mais atenção ao plantio, à adubação e ao cultivo, tendo em vista a possibilidade de ampliar a produtividade e a qualidade.

Em novembro de 2004 a Embrapa Amazônia Oriental, de Belém, começou a distribuição de uma variedade de açazeiro selecionada de alta produtividade, a BRS-Pará, com início de produção aos três anos de idade, dois anos a menos que os açazeiros das populações nativas, e a primeira frutificação a uma altura média de 1,12 metros do solo.

A BRS-Pará já está sendo plantada em mais de 70 dos 140 municípios do Pará e os frutos no início da produção são colhidos com facilidade, apenas com o auxílio de uma faca, e com o passar do tempo por meio de escadas ou varas de alumínio. Duas novas variedades devem ser lançadas nos próximos anos, de modo a ampliar a área plantada de açaí, hoje de cerca de 50 mil hectares, ainda restrita se comparada com o estimado um milhão de hectares ocupados com as populações nativas de açazeiros.

O guaranazeiro (*Paulinia cupana*) também é motivo de pesquisa agrônômica. A Embrapa Amazônia Ocidental, no seu campo experimental no município de Maués – AM, principal produtor de guaraná do estado vem trabalhando com a cultivar Luzeia que impressiona pela alta produtividade, elevada resistência genética às doenças mais comuns a essa cultura, e uma característica que interessa diretamente aos consumidores, o teor de cafeína, de 4,6%, considerado alto para o guaranazeiro.

O teor médio de cafeína das variedades de guaranazeiro consumidas atualmente é 3% mais alto que o do café (de 1% a 2%). Além disso, o efeito estimulante da cafeína do guaraná pode ser mais prolongado, por causa das ligações com os taninos. Por

sua vez, os taninos respondem por 7% do peso seco e ajudam a reduzir os resíduos do metabolismo celular conhecidos como radicais livres, cujo excesso prejudica o organismo.

Nos testes em campo, algumas plantas mais produtivas desse novo cultivar, provavelmente por causa do microclima da estação experimental, produziram até 35 quilogramas (kg) de frutos por planta, o que rende até 5 kg de sementes torradas. A BRS Maués, até agora a variedade mais produtiva, lançada em 2000 e bastante cultivada, produz acima de 1,5 kg, podendo atingir até 3 kg de sementes torradas por planta.

Esse e outros três novos cultivares de guaranazeiro, alguns com resistência ainda maior a doenças, foram lançados em 2011 para uso no estado do Amazonas. A partir de janeiro de 2013, viveiristas devem começar a produzir as mudas, a serem vendidas a partir de outubro para os produtores e plantadas até maio, na estação chuvosa de 2014. Se tudo correr bem, os frutos pretos que lembram olhos podem começar a ser colhidos três anos depois do plantio, com uma boa produtividade a partir do quarto ou quinto ano.

Com todo esse potencial, políticas públicas capazes de promover a inovação, reduzir perdas, resolver problemas antigos e inserir essas atividades em fortes agronegócios através de suas cadeias produtivas ainda são escassas, o que dificulta o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia de modo organizado e sustentável.

IMPACTOS MUNDIAIS DAS MUDANÇAS DO USO DA TERRA SERÃO ESTUDADOS

A disponibilidade de terra arável e para pecuária deverá diminuir globalmente nas próximas décadas, ao mesmo tempo em que será preciso aumentar a produção de alimentos para atender ao crescimento da demanda mundial e melhorar a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e não renováveis, que são essenciais para atingir esse objetivo.

Um grupo de pesquisadores de diferentes países, incluindo do Brasil, iniciará uma série de estudos colaborativos com o objetivo de aumentar a compreensão e gerar

conhecimento científico para enfrentar esses três desafios concomitantes e inter-relacionados em escala mundial. Nos dias 17 a 19 de dezembro passado, eles se reuniram em São Paulo, na FAPESP, para participar do “Belmont Forum International: Call Scoping Workshop on Food Security and Land Use Change”.

Organizado pela FAPESP em parceria com o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP) e o Belmont Forum, o objetivo do evento foi definir áreas prioritárias de pesquisa, relacionadas à segurança alimentar e mudanças no uso da terra, que poderão integrar a segunda chamada de propostas do Belmont Forum.

Entidade criada pelas principais agências financiadoras de pesquisa sobre mudanças ambientais do mundo, o Belmont Forum foi formado em 2009 durante uma conferência realizada pela National Science Foundation (NSF), dos Estados Unidos, e o Natural Environment Research Council (Nerc), do Reino Unido, na cidade norte-americana de Belmont.

O objetivo do fórum, coordenado pelo International Group of Funding Agencies for Global Change Research (IGFA), é tentar influenciar os rumos da colaboração internacional em estudos sobre mudanças globais por meio de chamadas conjuntas de pesquisas.

Desde 1980, foram desmatados 720 mil km² da Amazônia e 400 mil km² do Cerrado. Isso representa uma transição de uso da terra que não aconteceu nessa magnitude, nesse intervalo de tempo e nessa época em nenhum outro país do mundo e é um marco significativo do que acontece hoje no planeta.

Parte da transição do uso da terra na Amazônia e no Cerrado para cultivo de soja e pastagem de gado está relacionada ao aumento da demanda interna por alimento. Mas outra parte significativa – principalmente no Cerrado – foi devida ao aumento das exportações de carne e grãos para atender ao crescimento da demanda mundial por alimentos.

O uso da terra no Brasil ocorreu de forma desordenada e sem nenhuma espécie de controle. Mais recentemente, com o amplo acesso às informações sobre desmatamento disponibilizadas na internet por instituições de pesquisa como o Inpe e pressões internacionais e da sociedade brasileira, foi possível implementar uma política de desmatamento da Amazônia que obteve muito êxito

ao ser baseada na tríade composta por transparência, governança e instituições de pesquisa com boa reputação.

O Brasil precisa ter em todo o seu território o mesmo nível de informação diária sobre mudanças no uso da terra que possui hoje para a Amazônia. Isso é essencial para um país que tem esse tamanho de área, que quer balancear a produção agrícola e de biocombustíveis com o equilíbrio ambiental.

O equilíbrio entre uso da terra e mitigação dos impactos ambientais causados pela atividade agropecuária foi apontado pelos pesquisadores participantes do workshop na FAPESP como um dos principais desafios para os próximos anos.

Seguramente, a competição entre serviços de ecossistemas e a produção de alimentos é um tema que deverá ser abordado e discutido nas pesquisas que serão financiadas nessa chamada de projetos.

Participaram do encontro na FAPESP representantes de seis países signatários do Belmont Forum: Brasil, Estados Unidos, Canadá, Japão, África do Sul e Inglaterra. Outros seis países integram o grupo, além de diversos mais interessados em participar da chamada.

A primeira chamada de propostas do Belmont Forum foi lançada em abril de 2012 e contou com recursos de cerca de 20 milhões de euros, dos quais 2,5 milhões foram investidos pela FAPESP, sendo 1,5 milhão de euros para projetos de pesquisa sobre segurança hídrica e um milhão de euros para pesquisas sobre vulnerabilidade costeira.

Os projetos serão executados por pesquisadores do Estado de São Paulo nessas áreas em parceria com pesquisadores de, pelos menos, outros dois países participantes do fórum.

Os valores para a segunda chamada serão definidos em 2013, durante reunião do Belmont Forum em fevereiro. Pesquisadores ligados a instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas e privadas, no Estado de São Paulo poderão participar da chamada.